

ATA 15/03 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos dezessete dias do mês de julho de 2003, reuniu-se às dezenove horas na Associação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, em Plenária Ordinária: **1) Apresentação;** novos conselheiros: CLS Glória/Cruzeiro /Cristal (Maria Letícia de Oliveira Garcia); Conselho Regional de Odontologia (Sra. Isis Azevedo da Silveira) Titular e Suplente (Sonia Pinheiro Nunes Souza). **2) Faltas Justificadas:** Zilda Martins (CLS Partenon); Débora Melechi (Categoria dos Farmacêuticos), Regina Lender (CLS Leste), Dr. Roger dos Santos (UFRGS), Osmar Maschio (CLS Partenon)**3) Leitura da Ata n.º 14/03** que após lida pela Conselheira Letícia Garcia foi aprovada com 20 votos a favor e 03 abstenções; **4) Informes:** Rede Nacional de Pessoas com HIV, GAPA Ação do Ministério Público; IV Congresso da Cidade - "O Papel dos Conselhos Tutelares dia 22.07.03 às 19h no Auditório da SMA, Rua Siqueira Campos, 1300 - 14º andar. **5) Convites:** Posse dos conselheiros do Orçamento Participativo, dia 19.07.03 às 21h30min no Clube Farrapos, Av. Cristiano Fischer, 1331 - Jardim do Salso. Fórum Cidades Protetoras da Vida - Agenda de reuniões dias 23.07 e 30.07 e sempre às quartas-feiras às 17h no 2º andar da SMS. 1ª Conferência Latino Americana das Cidades Protetoras da Vida de Segurança e Proteção da Segurança e Proteção à Vida, Teatro da AMRIGS, de 17 a 19 de novembro de 2003 - Oficinas: dias 15 e 16 de novembro de 2003. IV Conferência Municipal de Saúde de 26 a 28 de setembro de 2003. **6) Pauta:** Parecer SETEC n.º 26 - Emenda Parlamentar para Centro Cirúrgico da Santa Casa; Parecer SETEC n.º 28 -(população itinerante- relativo aos Índios da Lomba do Pinheiro). Pauta: Política de Reabilitação e relatório de visita ao CS Santa Marta. Pré-pauta para a plenária de 07.08.03: Estatutos: Conselhos Locais, Conselho Distrital e Conselho Gestor. O Coordenador Humberto Scorza abre o ponto. de informes. A Sra. Sandra do GAPA informa que a Divisão de Infectologia Parasitária da Santa Casa passará de 14 para 6 leitos e entregou ofício à Coordenação do CMS que encaminhou-o ao GAB/SMS referendando a solicitação do levantamento de leitos para HIV em Porto Alegre nos últimos 10 anos. GAPA entrou com ação contra o Município e a Santa Casa, e o juiz suspendeu a redução de leitos. Cada paciente que dá alta, está excluindo um leito. Só se garantiu o não fechamento da unidade. O Coordenador Dr. Humberto Scorza comunica que o CMS enviou a SES/RS copia do documento. Sra. Sandra encaminhou a Comissão DST/AIDS do CES/RS. O Coordenador sugere que as Comissões de DST/AIDS de Porto Alegre e do Estado acompanhem de perto essa situação. Lembra que Alexandre do GAPA está internado na DIP - Hospital Santa Casa e tem atuação relevante no movimento e encaminha que se convide a Santa Casa para prestar esclarecimentos na plenária de 07-08-03. GAPA está tentando audiência com Santa Casa via Brasília. **Informes:** Sra. Ana Cirne divulga datas das Pré-Conferências (Leste/Nordeste/, 30/08 sem local definido, Norte/Eixo, 30/08 - local Centro Vida, Humaitá/Navegantes/Ilhas, 06/09 - local SINDSPREV, Travessa Leonardo Truda, 40; Noroeste e Centro, 06/09, sem local definido,; Restinga/Extremo Sul 06.09, sem local definido; Centro/Sul 06.09, sem local definido; Glória/Cruzeiro/Cristal, 13/09 - local CS Vila dos Comerciantes. Partenon e Lomba, 13/09, sem local definido). Parecer SETEC nº 27 - Santa Casa (26 votos a favor e nenhuma abstenção) e Parecer SETEC nº 28 - Índios (28 votos a favor e nenhuma abstenção). Visita ao CS Santa Marta - O Coordenador Humberto Scorza relata a denúncia da funcionária Silvani sobre as condições da US Santa Marta em plenária do CMS. O Núcleo trouxe à plenária para conhecimento dos desdobramentos e evolução da situação. Sra. Letícia da Comissão de Fiscalização-CMS lê relatório da visita realizada em 28-03-03. O Sr. Marcelo Bósio da CGVS/SMS faz leitura do

51 relatório realizado pela Vigilância Sanitária e enviado ao Gestor Municipal e informa
52 que o procedimento concedido a todos, é dar prazo de adequação seja no público ou
53 no privado. A CGVS já recebeu notícias de mudanças de fluxos que envolvem o
54 comportamento de todos os Trabalhadores em Saúde. O Coordenador ressalta que
55 será caso de interdição e passa a palavra para a Gerência Distrital Centro e CGVS. O
56 Coordenador Dr. Humberto Scorza lembra que o Núcleo solicitou o envio dos prazos
57 concedidos para adequação e até hoje, o CMS não recebeu-os. A Secretária Ana Boll
58 fala que o prédio foi municipalizado em 1996 e recebido em condições muito piores.
59 Com inúmeros problemas estruturais, esgoto, rede de alta tensão, etc. A localização
60 central é um agravante. Algumas são gerenciáveis, outras estruturais. As providências
61 estão sendo tomadas. O contrato com a empresa de limpeza foi revisto e também com
62 outros terceirizados. A qualidade do material de limpeza foi verificada e constatado
63 que a empresa não fornecia o mesmo. Quanto ao Responsável Técnico pela US,
64 existem 17 Trabalhadores de Saúde em vista para responsável técnico médico e
65 responsável técnico enfermeiro. Em relação aos pombos o problema é da área
66 central. Quanto aos ônibus, não tem como mudar o percurso dos mesmos. Sra.
67 Betusa (SIMERS) acusa a falta de papel toalha nas Unidades de Saúde. Sra. Ana
68 Cirne diz que a empresa atrasou o pagamento dos funcionários alegando multa da
69 SMS. Sra. Tânia Failace, coloca que os trabalhadores da empresa podem entrar
70 contra o município pois a SMS é solidária a empresa. Paulo (US Chácara da Fumaça)
71 informa que saiu ontem o pagamento. O Coordenador Humberto Scorza propõe ação
72 do CMS frente ao Ministério do Trabalho e questionamento à empresa. Paulo (US
73 Chácara da Fumaça) informa que a Empresa JRP atrasa as passagens e não fornece
74 alimentos e, desloca funcionários sem qualquer critério, e tem dificuldade de contato
75 com supervisores. Sra. Ione Nichele exemplifica com problema enfrentado por sua
76 comunidade com empresa de limpeza das praças. O material usado é de Quinta. A
77 PMPA contratou empresa de fundo de quintal. O Coordenador Humberto Scorza fala
78 que a relação com os empregados é de quase escravidão e o CMS vai se manifestar
79 para evitar mal uso do dinheiro público. Divulga a pré-pauta dos estatutos para 07-08-
80 03. Faz retrospectivas sobre o tema levado pela CLS Leste através do Sr. Walter
81 Castilhos quanto à Reabilitação e Fisioterapia. No PAM-3 antes a Fisioterapia era um
82 caos. Hoje possui ginásio e qualificou e possibilita estágios. Reabilitar é inserir a
83 pessoa na vida. O CMS solicitou a SMS definição da Política de Reabilitação
84 entendendo a saúde com equipe multiprofissional. A Sra. Janete do 1º Centro de
85 Reabilitação em Saúde do Trabalhador, comenta sobre o grupo de trabalho composto
86 por: Maria da Graça/João/Adriana/Simone/Sônia/Maira/Fátima/Dora e o Seminário de
87 Reabilitação ocorrido dia 03-07 com apresentação dos serviços para os técnicos se
88 reconhecerem pois os serviços estão desarticulados, ex. AVC-Hospitais imobilizam
89 para traumatismo, se tivessem encaminhado para Fisioterapia direto seria mais eficaz.
90 Próximo passo será a realização de um seminário com a comunidade. Não é só
91 criação de centros, mas sim da reinserção do cidadão na vida produtiva. As ações
92 estão fragilizadas, é necessário um processo de construção. O Coordenador
93 Humberto Scorza fala que os usuários objeto da saúde, podem contribuir muito pelo
94 conhecimento de vida. Pergunta ao Cachanoski - Vice Presidente do CES/RS sobre a
95 atuação quanto a reabilitação e instalação do Sara Kubishchek em Santa Maria. O
96 CES/RS criou a Comissão de Assistência Complementar e não adianta fornecer
97 Órteses e próteses e não dar reabilitação. O Controle Social. tem que lutar para que
98 os CRSTs saiam pois vai facilitar bastante a Saúde do Trabalhador. Sr. Walter
99 Castilhos coloca que a reabilitação que o tratou é medieval em relação ao Sara
100 Kubishchek. Porto Alegre cidade do Fórum Social Mundial tem condições de criar uma

101 agenda positiva com participação do Controle Social. Se conhece a luta da Secretária
102 Adjunta Ana Boll e de outros, é preciso disputar as verbas. Sra. Tânia Failace afirma
103 que a política de reabilitação vai além da física funcional, preparação para o trabalho
104 etc. Sra. Denise das Políticas Públicas, componente do grupo de especialidades para
105 as crianças, adolescentes e idosos considera importante para atenção integral com
106 enfoque no psicossocial. Sra. Encarnación (CLS-Leste) sente-se gratificada por ter
107 introduzido à discussão no CMS. Relata as más condições da Beneficência e de
108 outros prestadores que liberam os usuários sem qualquer orientação. Crianças e
109 adolescentes nunca são contemplados apesar do ECA (Estatuto da Criança e do
110 Adolescente). A situação do Valter Castilhos é facilitada pelos inúmeros amigos.
111 Indaga sobre a data do Seminário de Reabilitação e sobre a questão do transporte
112 social. Sra. Paula Fiori (CREFITO) diz que é necessária a atuação do Terapeuta
113 Ocupacional para o retorno do usuário à comunidade e do fisioterapeuta para a
114 reinserção do usuário à comunidade. Sra. Betusa (SIMERS) membro da Comissão de
115 Assistência Complementar do CES/RS, fala que a distribuição de Órteses e próteses é
116 uma caixa preta. A comissão criada pelo CES/RS é constituída em maior número por
117 associações, conselheiros estaduais e pela SES/RS que tem se comprometido.
118 Lembra que trouxe o assunto à Coordenação do CMS, solicitando pauta. Dr.
119 Humberto Scorza relata a participação do CMS na Comissão do CES/RS e que há
120 longo tempo se faz essa discussão, o CMS é parceiro. Sra. Betusa (SIMERS) indaga
121 se há condições para que o usuário receba na alta hospitalar a guia de referência e
122 contra referência para atendimento, sem precisar retornar ao posto para iniciar todo o
123 ciclo que leva 6 meses. O mesmo ocorre em relação aos leitos psiquiátricos e
124 drogadictos. Lembra que o CMS aprovou 450 mil reais para transporte social, evitando
125 que o SAMU fosse deslocado para tal fim. Sra. Sandra (GAPA) o ser humano tem que
126 ser olhado como um todo. A prostituição é profissão regulamentada no país e não
127 deve ser mencionada de forma pejorativa. Sra. Ione (CLS-Noroeste) a caixa preta das
128 Órteses e Próteses não ocorre no Município de Porto Alegre, pois há 5 anos tenta-se
129 a discussão. A partir do momento em que o Município passou a fazer só a inscrição, a
130 situação se agravou. Em reuniões com as três esferas de governo, sempre foi
131 colocado que tudo estava bem. A discussão não avança. A partir das colocações do
132 Valter Castilhos, sente-se satisfeita pela nova visão de reabilitação adquirida enquanto
133 conselheira de saúde. As clínicas cobram e prestam um atendimento de baixa
134 qualidade, sessões desacompanhadas de profissionais e não se controla os serviços.
135 Tem que se fazer o acompanhamento da prestação de serviços. Considera positivo
136 que se leve as discussões a IV Conferência Municipal de Saúde. Sr. José - as
137 sessões não devem ser interrompidas a cada 10, pois, normalmente necessita-se de
138 20 sessões, autorizadas de 10 em 10 acaba-se fazendo 1/3 do tratamento. Sr. Nei
139 Carvalho (Coordenador Adjunto) sugere que se encaminhe as discussões sobre
140 política de reabilitação para as Pré-Conferências Municipais de Saúde. Sra. Janete (1º
141 CRST) diz que a reabilitação profissional é uma pequena parte contemplada através
142 das oficinas de geração de renda. Sr. João Neves (1º CRST) diz que a previdência
143 tem que ser envolvida nesse processo de reabilitação. É preciso articular com a
144 SMED para a cobertura das crianças e adolescentes. Os usuários têm dificuldades
145 com as passagens. Inexiste informação sobre Órteses e Próteses. Os usuários podem
146 ser encaminhados direto para a Fisioterapia mas não ocorre este fluxo. Os Hospitais
147 podem fazer a interconsulta mas remetem os usuários de volta para a unidade. Sra.
148 Ana Cirne (CLS Restinga) comenta que a unidade não tem agendamento direto o que
149 agilizaria. Sra. Janete (1º CRST) afirma que o relatório do GT de Reabilitação está em
150 fase de finalização e prevê protocolos de regulação, não apenas autorizações. O

151 Coordenador Dr. Humberto Scorza sugere que o tema entre para valer nas Pré-
152 Conferências, pois antes de se contratar novas clínicas tem que ser definido o perfil do
153 serviço que se quer contratar e se deseja prestar pois é difícil suportar, por exemplo,
154 as Casas Geriátricas que funcionam em condições extremamente precárias. Quanto
155 as clínicas o gestor tem que cobrar qualidade e acompanhar a execução dos serviços
156 prestados. Nada mais havendo a relatar, a reunião encerrou-se às 21h50min., e dela
157 eu Eliana Aguiar de Carvalho, lavrei a presente ata.

158

159

160 HUMBERTO J. SCORZA
161 Coordenador do CMS/POA

ELIANA A. DE CARVALHO
Secretaria Executiva do CMS/POA
Ata aprovada na reunião do plenário de 07/08/03.

162